

RESERVAS EXTRATIVISTAS 25 ANOS DEPOIS

Mary Allegretti

Antropóloga, consultora independente

As Reservas Extrativistas são territórios protegidos para o uso sustentável dos recursos naturais por comunidades tradicionais e fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A proposta surgiu durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros em 1985 e se transformou em política pública em 1990 após o impacto causado pelo assassinato de Chico Mendes, líder sindical e um dos principais representantes do movimento social dos seringueiros. Em 2000, pela Lei 9.985, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que, além de reconhecer a Reserva Extrativista como uma modalidade de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, também incluiu na mesma modalidade a Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ambas beneficiando comunidades tradicionais. Vinte e cinco anos depois do Decreto presidencial que oficializou a proposta na esfera pública (em março de 2015) o balanço é significativo: existem 104 Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, federais e estaduais, na Amazônia e em outras regiões do Brasil, totalizando mais de 24 milhões de hectares e beneficiando cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas; A demanda pela criação de novas unidades é alta e permanente evidenciando a importância desta política 25 anos depois de criada.

A apresentação está organizada em três partes: na primeira será feito um retrospecto histórico do movimento social dos seringueiros no contexto do qual surgiu o Conselho Nacional dos Seringueiros e a proposta de Reserva Extrativista (1970-1990); na segunda, será apresentado o processo de institucionalização da Reserva Extrativista como política pública, o protagonismo do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e os resultados alcançados nos diferentes períodos governamentais (1990-2014); por último, são apresentados os desafios para os próximos 25 anos. A ideia central é mostrar que a Reserva Extrativista produziu uma mudança na estrutura social da Amazônia, mudou o paradigma da política ambiental no Brasil e sua implementação continua sendo um desafio que requer a articulação entre poder político e conhecimento científico, especialmente para as novas gerações.